



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

As geograficidades caiçaras e o conhecimento tradicional do/no lugar

Autoria: Abbul Mahmeb Said - José Carlos da Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As comunidades caiçaras presentes na Enseada da Cajaíba, Paraty-RJ, apresentam um modo de vida bastante peculiar que merece atenção e reflexão por parte não só da ciência e seu conjunto de pensadores/pesquisadores como também do próprio Estado. Os sujeitos inseridos nessas comunidades representam o mundo ou o entremundos dos seus próprios saberes, diretamente conectados às ancestralidades, às tradições, oralidades e narrativas caiçaras em uma intrínseca aproximação da natureza, conjugando um entrecruzamento de saberes e uma vasta diversidade cultural. Nesse sentido, o presente ensaio busca tratar de uma compreensão das experiências e diálogos de saberes caiçaras, das leituras de mundo e dos sentidos das ações dos sujeitos que se dão no lugar, sendo este, o lócus da reprodução da vida. São estas estruturas a própria base para seus modos de vida e formas de organização social em seus lugares de origem, ou seja, em suas comunidades e espaços do cotidiano, das culturas e identidades, da própria essência da vida, de suas objetividades e subjetividades. Diante disso, é preciso a compreensão e leitura de mundo que se apresenta no processo de reprodução social a partir do estreito e íntimo contato com o mar e com a terra onde se caracterizam, se estabelecem e se destacam um conjunto de conhecimentos dos ecossistemas naturais e os processos climáticos em geral determinam muitas das atividades e ações do/no cotidiano. Também é preciso reconhecer a contribuição dessas comunidades para a conservação dos ambientes marinhos, costeiros e terrestres onde se situam e onde imergiram costumes e tradições. Nesse



campo de saberes do/no movimento cotidiano, o entremundos permite novas/outras maneiras e olhares de ler o mundo onde outras leituras apontam a construção da identidade se dando pelo/no lugar. No entanto, todo esse conjunto de saberes corre o risco de desaparecer para sempre dadas as políticas de intervenção do Estado nos processos e modelos de implantação de áreas de preservação ambiental. Na eminência de desaparecer estão não só os trajetos dos sujeitos, suas ideias, suas concepções de vida, mas também suas culturas, identidades e saberes que circulam pelo/no ambiente, pelo espaço, configurando as geograficidades caiçaras e os conhecimentos tradicionais do/no lugar.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: